

Foco de crise, hospitais federais têm histórico de mau uso de verbas

Contratos suspeitos em diferentes governos entraram na mira de órgãos de controle; unidades voltam a sofrer intervenção

CAIO SANTORI
caio.santori@globo.com.br

Gargalo que recentemente elevou a pressão sobre a ministra da Saúde, Nísia Trindade, e gerou cobranças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à auxiliar, a gestão dos hospitais federais do Rio tem histórico de dificuldades administrativas e de suspeitas de corrupção. Casos envolvendo o mau uso de recursos públicos já levaram as unidades de saúde, em diferentes governos, a entrar na mira do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Congresso.

Uma nota técnica coordenada por Alexandre Telles, demitido por Nísia do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), e que embasou uma intervenção da pasta nos hospitais já enfatizava a "tarefa desafiadora" de manter uma rede "que carrega anos de descasos". Somam-se a isso, conforme o documento resalta, as inúmeras suspeitas de irregularidades, como sobrepreços e di-

recionamento de licitações.

Antes da atual crise, que já levou a trocas em cargos de confiança da estrutura do Ministério da Saúde, o apice recente da exposição de supostas irregularidades se deu na CPI da Covid, em 2021, no governo Jair Bolsonaro. O relatório da comissão apontou cerca de R\$ 125 milhões sob suspeita em contratos firmados na pandemia, com 37 empresas envolvidas em áreas diversas da gestão hospitalar. As investigações levaram à demissão do então superintendente do ministério no Rio, o militar da reserva George da Silva Divério, nomeado pelo ex-ministro Eduardo Pazuello (PL-RJ), hoje deputado federal.

A apuração apontou "prática frequente" de celebração de contratos por meio de dispensa de licitação e o posterior aumento de valor "possivelmente por meio da formalização de aditivos, alguns dos quais para inclusão de serviços não con-

templados no objeto do contrato". Os mesmos pontos foram levantados na recente nota técnica de Telles.

DAS MÁQUINAS À MÁFIA

À época da comissão parlamentar, o superintendente ligado a Pazuello defendeu que a dispensa de licitação era justificada pelo contexto pandêmico, mas, segundo a CPI, as compras não tinham "qualquer tipo de emergência de saúde em curso". Um exemplo foi a troca de poltronas de um auditório, além de reformas em galpões do ministério no Rio. Com a revelação, o então ministro Marcelo Queiroga exonerou Divério.

A CPI enviou as suspeitas ao TCU. No ano passado, já

Mudanças
Nísia Trindade, em evento em Brasília, gestão de hospitais levou a demissões



Gestão da Saúde. Hospital da Lagoa, uma das seis unidades federais no Rio: problemas históricos voltam a gerar crise

no governo Lula, a Corte de Contas abriu outra investigação também focada em indícios de mau uso de dinheiro público em contratos dos hospitais com empresas relacionadas a máquinas de hemodiálise e insumos voltados para esse procedimento. Os documentos haviam sido assinados entre 2016 e 2021 e somavam mais de R\$ 15 milhões, com prejuízo aos cofres públicos de R\$ 3,6 milhões, segundo o tribunal.

Os problemas na rede federal estão na mira do TCU há anos. Em 2017, o órgão identificou que equipamentos adquiridos pouco tempo antes não tinham sequer sido instalados, enquanto os hospitais efetuavam novas compras —modos operam registrados na nota técnica que embasou a intervenção de Nísia.

Em 2015, o Fantástico, da TV Globo, denunciou a chamada "máfia das próteses" na rede federal do Rio. Milhares de materiais saíram do almoxarifado dos hospitais sem fiscalização, com a complacência de gestores, a fim de desviá-los. A CGU também tem tradição de identificar problemas nos hospitais. Em 2012, uma auditoria detectou rombo de R\$ 124 milhões em contratos de obras e de prestação de serviços. O montante em fraudes equivalia a 14% do valor total analisado nos documentos.

Aquela época, uma das recomendações feitas ao Ministério da Saúde —e que chegou a vigorar nos governos petistas —era justamente o que a pasta pretende fazer agora: a centralização de compras no DGH, que coordena as unidades. Além de facilitar a fiscalização

das aquisições, o modelo tende a baratear custos por meio de compras no atacado.

O Rio conta, ao todo, com seis hospitais da União, uma presença federal incomparável com a dos demais estados e que remete ao passado da cidade como capital da República. Algumas unidades foram municipalizadas ao longo do tempo, mas foram retomadas pelo Executivo federal em 2005, depois de uma enorme crise. À época, na prefeitura de Cesar Maia que chegou a motivar uma intervenção do primeiro governo Lula.

Quase 20 depois, a história se repete. Em entrevista ao GLOBO esta semana, a atual ministra da Saúde defendeu uma "intervenção firme e profunda". Os hospitais, justificou Nísia, estão em situação precária de infraestrutura e pessoal.

O MUNDO MUDOU



ENTENDA O FUTURO DA MOBILIDADE DO TRABALHO DO EMPREENDEDORISMO E DO AGRO. GARANTA JÁ SEU EXEMPLAR E FAÇA PARTE DAS COMUNIDADES MAIS CONECTADAS COM O MUNDO DIGITAL.

MARÇO 2024



NAS BANCAS



NO SITE



NO APP GLOBO+

OS NEGÓCIOS TAMBÉM